

PIRENÓPOLIS - GO

PREFEITURA DE PIRENÓPOLIS - GOIÁS

Administrativo Educacional III-
Educação Infantil

EDITAL Nº 01/2023

CÓD: SL-002JH-23
7908433237198

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos.....	9
2. Gêneros e tipos de texto.....	10
3. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual.....	10
4. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras.....	11
5. formação de palavras.....	19
6. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais.....	20
7. Concordância verbal e nominal.....	22
8. Regência verbal e nominal.....	24
9. Crase.....	26
10. Colocação pronominal.....	27
11. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.....	28
12. Acentuação gráfica.....	30
13. Ortografia.....	32
14. Pontuação.....	32
15. Variação linguística.....	34

Raciocínio Lógico

1. Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos.....	43
2. equivalência e implicação lógica.....	44
3. argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.....	51
4. Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União.....	58
5. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Números decimais. Valor absoluto. Propriedades no conjunto dos números naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos. Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais.....	61
6. Verdades e Mentiras: resolução de problemas. Problemas envolvendo raciocínio lógico.....	63
7. Sequências (com números, com figuras, de palavras.....	64
8. Análise combinatória e probabilidade.....	66

Informática

1. Sistemas de Backup: Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups.....	73
2. Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows. Windows 10: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; tipos de arquivos e extensões; criação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas; configurações básicas do Windows: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; Windows Explorer.....	73
3. Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.....	79
4. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.....	86
5. Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.....	93

ÍNDICE

6. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens)	99
7. navegadores (Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge)	101
8. Noções de rede de computadores: conceitos e serviços relacionados à Internet, tecnologias e protocolos da internet, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.....	104
9. Hardware e Software: Fundamentos de computação: Conceitos de hardware e software.....	109
10. Organização e arquitetura de computadores	112
11. Componentes de um computador (hardware e software)	144
12. Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação. Políticas de Segurança da Informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes	144
13. Rede Sociais: conceitos e características, vantagens e desvantagens.....	146

Conhecimentos Gerais

1. Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Brasil e do Mundo ocorridos nos anos de 2018 a 2023 divulgados na mídia nacional e internacional. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Notícias em geral da atualidade	153
2. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectogeográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município.....	153
3. Noções de cidadania.....	227
4. Símbolos nacionais, estaduais e municipais	228
5. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho	230

Legislação (Educação)

1. Constituição Federal	243
2. Conhecimento da legislação federal, estadual e municipal de ensino.....	263
3. do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	263
4. das Diretrizes Curriculares. Lei Federal nº 9394/1996, e atualizações	303
5. Legislação de Inclusão de Pessoa com Deficiência.....	319
6. Base Nacional Comum	336
7. Plano Nacional de Educação.....	377
8. Planejamento de ensino: componentes básicos, importância, conteúdos: conceituais, procedimentais e atitudinais	392
9. Lei Federal nº 11.738/2008 - Piso Educacional, e atualizações. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	396
10. Estatuto do Servidor do Magistério do Município	396
11. Lei Orgânica do Município	397
12. Legislações Municipais. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas desse programa	422
13. REFERÊNCIAS: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, e atualizações. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.....	422

14. BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Resolução nº 7, de de 26 de abril de 2012, e atualizações. Fixa a parcela da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, prevista no caput do art. 7º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007	430
15. BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação	430
16. BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Artigos 1º ao 33º	430
17. BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e atualizações. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal .	430
18. BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 10.929, de 7 de janeiro de 2022, e atualizações. Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	439
19. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e atualizações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 16 jul. 1990	439
20. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e atualizações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. E suas alterações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.....	439
21. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e atualizações. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica	439
22. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015, e atualizações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	439
23. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e atualizações. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências	440
24. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021, e atualizações. Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	452
25. PIRENÓPOLIS. Câmara Municipal de Pirenópolis. Lei Complementar nº 154, de 05 de abril de 1990. Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Pirenópolis, das Autarquias e Fundações	454
26. PIRENÓPOLIS. Câmara Municipal de Pirenópolis. Lei Complementar nº 571, de 09 de maio de 2007. Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Pública do Município de Pirenópolis, e dá outras providências	472
27. PIRENÓPOLIS. Câmara Municipal de Pirenópolis. Lei Complementar nº 945, de 27 de dezembro de 2021. Cria Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social e o Fundo Municipal para gestão da movimentação dos recursos destinados a manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação FUNDEB	472

Conhecimentos Específicos

1. Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil.....	479
2. Educação Especial	479
3. Práticas disciplinares	483
4. Noções sobre primeiros socorros	484
5. Educação inclusiva	500
6. Jogos e brincadeiras infantis	510
7. Higiene pessoal, saúde e educação	521
8. Interação escola-família	521
9. Práticas de alimentação saudável	525

ÍNDICE

10. Medicação da criança em ambiente escolar.....	534
11. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo. REFERÊNCIAS: BRASIL. Ministério da Educação. Higiene e Segurança nas Escolas. Módulo 12: higiene, segurança e educação. Ivan Dutra Faria, João Antônio Cabral Monlevade. – Brasília: Universidade de Brasília, 2008	534
12. BRASIL. Ministério de Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil	551
13. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Módulo 12: higiene, segurança e educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2008	572
14. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Livro de estudo: Módulo III. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. (Coleção PROINFANTIL).....	572
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Dez passos para uma alimentação saudável para crianças menores de 2 anos	593
16. BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, e atualizações. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 18 nov. 2011	597
17. BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, e atualizações. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite	599
18. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e atualizações. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	600
19. BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 13.722, de 04 de outubro de 2018, e atualizações. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.....	601
20. FAVERO, I.; RAMALHO, P. Incluir brincando: guia do brincar inclusivo. Sesame Workshop/Unicef, 2012	602
21. MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006	602
22. PARANÁ. Guia de Primeiros Socorros	616
23. Orientações para profissionais da educação infantil	626
24. Orientações para Auxiliar Educacional da Educação Infantil	633
25. SÃO PAULO. Secretaria da Saúde Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas. Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007. 129p	644
26. SÃO PAULO. Secretaria da Saúde. Manual de higiene, limpeza, desinfecção e esterilização.....	644
27. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Mediar alunos na escola: recomendações para pais e gestores.....	655
28. SIAUIYS, M. O. de C. Brincar para todos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005	657

GÊNEROS E TIPOS DE TEXTO.

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada qual com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais gêneros se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação. Assim, os gêneros são variedades existente no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc. Quanto aos tipos, as classificações são fixas, e definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos. Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais inseridos e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares ou seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade de orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, edital de concursos públicos.

ARTICULAÇÃO TEXTUAL: OPERADORES SEQUENCIAIS, EXPRESSÕES REFERENCIAIS. COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL

— Definições e diferenciação

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, tanto que um texto coeso pode ser incoerente, e vice-versa. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória. Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

— Coesão Textual

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas conectivos.

As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricas. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência

— Pessoal: emprego de pronomes pessoais e possessivos.

Exemplo:

«Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

— Comparativa: emprego de comparações com base em semelhanças.

Exemplo:

“Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

— Demonstrativa: emprego de advérbios e pronomes demonstrativos.

Exemplo:

“Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

— Substituição: consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido.

Analise o exemplo:

DICA: Vimos então as principais estruturas lógicas, como lidamos com elas e quais as regras para *jogarmos este jogo*. Então, escreva várias frases, julgue se são proposições ou não e depois tente traduzi-las para a linguagem simbólica que aprendemos.

EQUIVALÊNCIA E IMPLICAÇÃO LÓGICA

Diz-se que duas ou mais proposições compostas são equivalentes, quando mesmo possuindo estruturas lógicas diferentes, apresentam a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições $P(p,q,r,\dots)$ e $Q(p,q,r,\dots)$ são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.

Exemplo

Dada as proposições “ $\sim p \rightarrow q$ ” e “ $p \vee q$ ” verificar se elas são equivalentes.

Vamos montar a tabela verdade para sabermos se elas são equivalentes

p	q
V	V
V	F
F	V
F	F

$\sim p$	\rightarrow	q
F	V	V
F	V	F
V	V	V
V	F	F

p	\vee	q
V	V	V
V	V	F
F	V	V
F	F	F

Observamos que as proposições compostas “ $\sim p \rightarrow q$ ” e “ $p \vee q$ ” são equivalentes.

$\sim p \rightarrow q \equiv p \vee q$ ou $\sim p \rightarrow q \Leftrightarrow p \vee q$, onde “ \equiv ” e “ \Leftrightarrow ” são os símbolos que representam a equivalência entre proposições.

Equivalências fundamentais (Propriedades Fundamentais): a equivalência lógica entre as proposições goza das propriedades simétrica, reflexiva e transitiva.

1 – Simetria (equivalência por simetria)

a) $p \wedge q \Leftrightarrow q \wedge p$

p	q
V	V
V	F
F	V
F	F

p	\wedge	q
V	V	V
V	F	F
F	F	V
F	F	F

q	\wedge	p
V	V	V
F	F	V
V	F	F
F	F	F

b) $p \vee q \Leftrightarrow q \vee p$

p	q
V	V
V	F
F	V
F	F

p	\vee	q
V	F	V
V	V	F
F	V	V
F	F	F

q	\vee	p
V	F	V
F	V	V
V	V	F
F	F	F

d) $p \leftrightarrow q \Leftrightarrow q \leftrightarrow p$

p	q
V	V
V	F
F	V
F	F

p	\leftrightarrow	q
V	V	V
V	F	F
F	F	V
F	V	F

q	\leftrightarrow	p
V	V	V
F	F	V
V	F	F
F	V	F

Versões do Windows 10

– **Windows 10 Home:** edição do sistema operacional voltada para os consumidores domésticos que utilizam PCs (desktop e notebook), tablets e os dispositivos “2 em 1”.

– **Windows 10 Pro:** o Windows 10 Pro também é voltado para PCs (desktop e notebook), tablets e dispositivos “2 em 1”, mas traz algumas funcionalidades extras em relação ao Windows 10 Home, os quais fazem com que essa edição seja ideal para uso em pequenas empresas, apresentando recursos para segurança digital, suporte remoto, produtividade e uso de sistemas baseados na nuvem.

– **Windows 10 Enterprise:** construído sobre o Windows 10 Pro, o Windows 10 Enterprise é voltado para o mercado corporativo. Os alvos dessa edição são as empresas de médio e grande porte, e o Sistema apresenta capacidades que focam especialmente em tecnologias desenvolvidas no campo da segurança digital e produtividade.

– **Windows 10 Education:** Construída a partir do Windows 10 Enterprise, essa edição foi desenvolvida para atender as necessidades do meio escolar.

– **Windows 10 Mobile:** o Windows 10 Mobile é voltado para os dispositivos de tela pequena cujo uso é centrado no touchscreen, como smartphones e tablets

– **Windows 10 Mobile Enterprise:** também voltado para smartphones e pequenos tablets, o Windows 10 Mobile Enterprise tem como objetivo entregar a melhor experiência para os consumidores que usam esses dispositivos para trabalho.

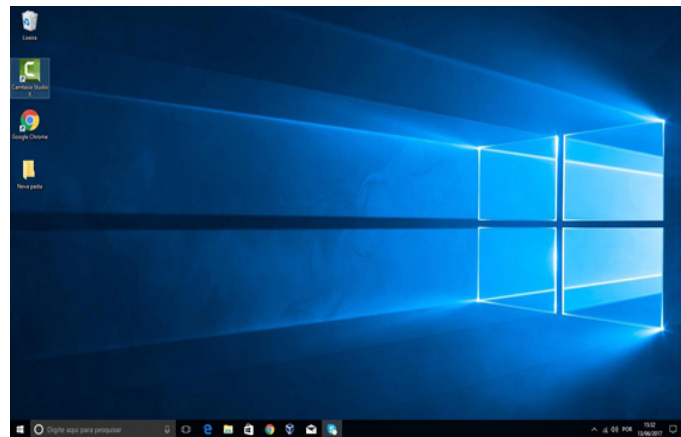
– **Windows 10 IoT:** edição para dispositivos como caixas eletrônicas, terminais de autoatendimento, máquinas de atendimento para o varejo e robôs industriais – todas baseadas no Windows 10 Enterprise e Windows 10 Mobile Enterprise.

– **Windows 10 S:** edição otimizada em termos de segurança e desempenho, funcionando exclusivamente com aplicações da Loja Microsoft.

– **Windows 10 Pro – Workstation:** como o nome sugere, o Windows 10 Pro for Workstations é voltado principalmente para uso profissional mais avançado em máquinas poderosas com vários processadores e grande quantidade de RAM.

Área de Trabalho (pacote aero)

Aero é o nome dado a recursos e efeitos visuais introduzidos no Windows a partir da versão 7.

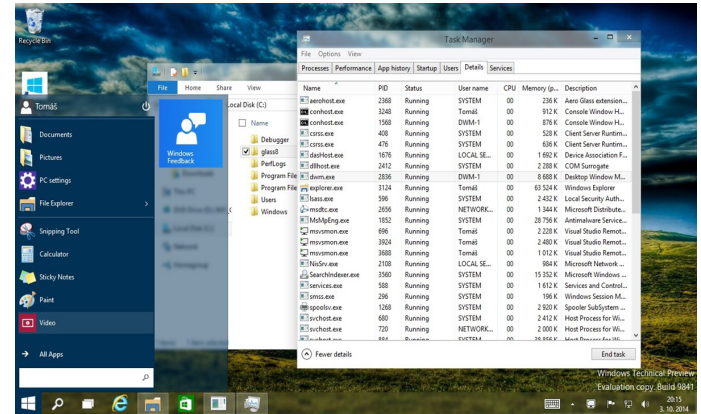


Área de Trabalho do Windows 10.⁴

⁴ <https://edu.gcfglobal.org/pt/tudo-sobre-o-windows-10/sobre-a-are>

Aero Glass (Efeito Vidro)

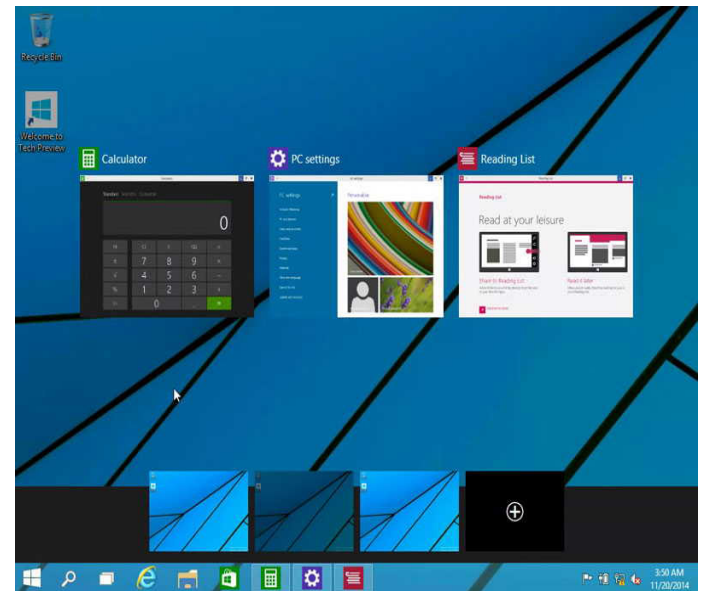
Recurso que deixa janelas, barras e menus transparentes, parecendo um vidro.



Efeito Aero Glass.⁵

Aero Flip (Alt+Tab)

Permite a alternância das janelas na área de trabalho, organizando-as de acordo com a preferência de uso.



Efeito Aero Flip.

Aero Shake (Win+Home)

Ferramenta útil para quem usa o computador com multitarefas. Ao trabalhar com várias janelas abertas, basta “sacudir” a janela ativa, clicando na sua barra de título, que todas as outras serão minimizadas, poupando tempo e trabalho. E, simplesmente, basta sacudir novamente e todas as janelas serão restauradas.

⁴ [a-de-trabalho-do-windows-10/](https://www.tecmundo.com.br/windows-10/64159-efeito-aero-glass-lancado-mod-windows-10.htm)

⁵ <https://www.tecmundo.com.br/windows-10/64159-efeito-aero-glass-lancado-mod-windows-10.htm>

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer-lhe o que necessitasse e dela comprar os produtos manufatura-

dos. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa. A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Cursos. 2ª edição – Rio de Janeiro: Elsevier.*

Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecutoratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

• Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

• Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

• Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;

b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;

c) são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preservação dos bens de interesse coletivo;

d) correspondem ao direito de preservação do meio ambiente, de autodeterminação dos povos, da paz, do progresso da humanidade, do patrimônio histórico e cultural, etc.

• Direitos Fundamentais de Quarta Geração

Segundo Paulo Bonavides, a globalização política é o fator histórico que deu origem aos direitos fundamentais de quarta geração. Eles estão ligados à democracia, à informação e ao pluralismo. Também são transindividuais.

Direitos Fundamentais de Quinta Geração

Paulo Bonavides defende, ainda, que o direito à paz representaria o direito fundamental de quinta geração.

Características dos Direitos e Garantias Fundamentais

São características dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) Historicidade:** não nasceram de uma só vez, revelando sua índole evolutiva;
- b) Universalidade:** destinam-se a todos os indivíduos, independentemente de características pessoais;
- c) Relatividade:** não são absolutos, mas sim relativos;
- d) Irrenunciabilidade:** não podem ser objeto de renúncia;
- e) Inalienabilidade:** são indisponíveis e inalienáveis por não possuírem conteúdo econômico-patrimonial;
- f) Imprescritibilidade:** são sempre exercíveis, não desaparecendo pelo decurso do tempo.

Destinatários dos Direitos e Garantias Fundamentais

Todas as pessoas físicas, sem exceção, jurídicas e estatais, são destinatárias dos direitos e garantias fundamentais, desde que compatíveis com a sua natureza.

Eficácia Horizontal dos Direitos e Garantias Fundamentais

Muito embora criados para regular as relações verticais, de subordinação, entre o Estado e seus súditos, passam a ser empregados nas relações provadas, horizontais, de coordenação, envolvendo pessoas físicas e jurídicas de Direito Privado.

Natureza Relativa dos Direitos e Garantias Fundamentais

Encontram limites nos demais direitos constitucionalmente consagrados, bem como são limitados pela intervenção legislativa ordinária, nos casos expressamente autorizados pela própria Constituição (princípio da reserva legal).

Colisão entre os Direitos e Garantias Fundamentais

O princípio da proporcionalidade sob o seu triplo aspecto (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) é a ferramenta apta a resolver choques entre os princípios esculpidos na Carta Política, sopesando a incidência de cada um no caso concreto, preservando ao máximo os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente consagrados.

O Ensino Regular é a modalidade de ensino que deve garantir a educação básica a todos os alunos, independente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Nesse sentido, é fundamental que as escolas regulares estejam preparadas para atender a essa diversidade, garantindo a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica.

— **Atendimento Educacional Especializado: um direito dos alunos com necessidades especiais**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço educacional especializado que deve ser oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados no Ensino Regular. Esse atendimento deve ser realizado por profissionais especializados, que utilizarão metodologias, recursos e estratégias diferenciadas, visando à promoção da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos.

O AEE é um direito dos alunos com necessidades especiais e deve ser oferecido pela escola regular, de forma complementar ao ensino comum. É importante destacar que o AEE não se constitui como uma modalidade de ensino, mas sim como um serviço que visa a garantir a inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais.

— **Política Nacional de Educação Inclusiva e os Projetos Políticos Pedagógicos**

A Política Nacional de Educação Inclusiva é um conjunto de diretrizes, estratégias e ações que visam à promoção da educação inclusiva no Brasil. Essa política é baseada em princípios como a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a promoção da acessibilidade.

Nesse contexto, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) têm um papel fundamental na promoção da inclusão educacional. O PPP é um documento que define a identidade e a missão da escola, bem como as estratégias, metodologias e recursos pedagógicos que serão utilizados para garantir uma educação de qualidade a todos os alunos.

O PPP deve prever a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o acesso aos recursos, serviços e estratégias necessárias para a sua plena participação na vida escolar. Para tanto, é fundamental que o PPP seja construído de forma participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, bem como os familiares e os próprios alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, é possível garantir a efetividade das ações inclusivas, tendo em vista que as necessidades e potencialidades de cada aluno são consideradas na elaboração do projeto.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das estratégias fundamentais para a promoção da inclusão escolar. Trata-se de um serviço educacional complementar, que deve ser oferecido aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a complementar ou suplementar o ensino regular, bem como garantir o acesso aos recursos didáticos e pedagógicos adequados.

A política nacional de educação inclusiva também preconiza que as escolas regulares devem estar preparadas para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, disponibilizando recursos e serviços necessários para a promoção da sua inclusão e desenvolvimento. Isso inclui a capacitação de professores e demais

profissionais da educação para o atendimento a esses alunos, bem como a adaptação do ambiente escolar e dos recursos didáticos e pedagógicos para atender às suas necessidades específicas.

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais é um desafio complexo, que demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, bem como a articulação com os serviços e redes de apoio da comunidade local. Nesse sentido, é fundamental que a escola se articule com os serviços de saúde, assistência social e outros serviços públicos, de forma a garantir o acesso aos recursos necessários para a promoção da inclusão e desenvolvimento desses alunos.

Além disso, é importante destacar que a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais não se restringe à garantia do acesso à escola regular. É necessário garantir também o acesso à cultura, ao esporte, ao lazer e a outros aspectos da vida social, de forma a promover a sua inclusão plena na sociedade.

A política nacional de educação inclusiva preconiza a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o acesso aos recursos, serviços e estratégias necessárias para a sua plena participação na vida escolar. Nesse sentido, é fundamental que as escolas regulares estejam preparadas para receber esses alunos, oferecendo-lhes o Atendimento Educacional Especializado e garantindo o acesso aos recursos e serviços necessários para a promoção da sua inclusão e desenvolvimento.

O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta importante para a efetivação da política nacional de educação inclusiva, devendo prever a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais e garantir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na sua construção.

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais é um desafio complexo, que demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, bem como a articulação com os serviços e redes de apoio da comunidade local. Nesse sentido, é fundamental que as escolas sejam espaços de acolhimento e valorização da diversidade, onde todos os alunos possam se desenvolver plenamente e alcançar seu potencial máximo.

Paradigmas e Conceitos históricos da Educação Especial

A exclusão social das pessoas portadoras de deficiências permeia a história com relatos bárbaros e aterradores. Na Grécia antiga, por exemplo, os nascidos com necessidades especiais eram relegados ao abandono ou até mesmo exterminados. Na Idade Média, relegados a instituições ou asilos, e encarados como pecadores. Eram corrente o pensamento de que as deficiências das quais eram portadores resultavam de pecados cometidos.

Os primeiros registros do desenvolvimento de práticas voltadas às pessoas com deficiência datam do século XVI quando, médicos e pedagogos desafiavam os preceitos da época e acreditavam nas possibilidades de indivíduos considerados ineducáveis. Em uma época que o acesso a educação formal era direito de poucos, esses pesquisadores tornavam-se os próprios professores de seus alunos especiais. Esses pioneiros podem ser representados nas figuras do abade L'Epee, fundador da primeira escola pública para surdos, em Paris; Braille, que desenvolveu o método de escrita para deficientes visuais; Hard que desenvolveu e trabalhou em instituições especializadas no ensino de crianças com deficiências

sensoriais e físicas na França e Montessori que criou um programa com ênfase na autoaprendizagem para crianças com deficiência intelectual, em Roma.

Somente na era contemporânea, a educação especial apresentou avanços à partir das lutas por igualdade social e a responsabilização dos governos, das escolas e das famílias na construção de um sistema educacional para todos.

No Brasil, ao final do século XVIII, a situação é semelhante a europeia. O ideário liberal que promove as liberdades políticas, sociais e religiosas defende a democratização dos direitos dos cidadãos. Porém, essas ideias ficam restritas à Constituição. Apesar de na lei, a educação ser "para todos", para as pessoas com deficiência, ela não passa de mero assistencialismo.

Em 1853, os experimentos realizados por pedagogos e médicos franceses começam a ter eco no Brasil e verificamos a instalação dos dois primeiros institutos voltados ao trabalho e à pesquisa com deficientes. São eles, o Instituto Benjamim, para cegos e o INIS (Instituto nacional dos Surdos). Ao longo do século XIX, as ações oficiais, bem como às particulares em relação a causa, foram apenas isoladas.

Mesmo com a presença de pessoas com deficiência nas escolas comuns, a educação não deixou de ser excludente, mesmo com as políticas de integração. Os conceitos de eugenia e normalização exerciam grande interferência nas práticas pedagógicas. O objetivo era normalizar o anormal. Aqueles que não alcançavam os objetivos estabelecidos, pediam o direito a frequentar a escola comum e eram segregados em instituições especializadas. Faltava infraestrutura, tanto física como pedagógica e a formação dos professores não contemplava o trabalho com crianças com necessidades especiais. A preocupação com a democratização do ensino era nenhuma.

A partir de 1975, ações políticas de âmbito internacional. Intensificaram as discussões sobre igualdades e direitos. A UNESCO promoveu a universalização da educação com qualidade, combatendo o analfabetismo e a falta de acesso a educação. Foram estabelecidas diretrizes voltadas às pessoas com deficiência que passaram a influenciar as políticas nacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 1996 (LDB) trouxe alguns avanços como o princípio da igualdade de direitos; a obrigatoriedade de mudanças estruturais e de mudanças atitudinais. Inicia-se assim, o debate no Brasil sobre **inclusão**.

Diferenças entre integração e inclusão

Integração

A integração baseia-se na percepção de que o problema está centrado no aluno. Dessa forma, o aluno portador de deficiência passa a ter o direito de frequentar uma escola comum, porém, é ele quem tem que alcançar os objetivos de normalização que visam com que ele acompanhe o ritmo da turma.

Nesse processo, não há pressuposição de qualquer tipo de mudança ou adaptação, seja na estrutura escolar ou na metodologia de ensino e está organizada em níveis, fazendo com que muitos alunos especiais retornem a níveis mais segregados.

Inclusão

A inclusão contempla muito mais do que o direito do aluno especial frequentar uma escola comum, mas prevê a reestruturação do sistema educacional, com adaptações estruturais do ambiente escolar, a reformulação curricular, nas formas de avaliação, na

formação e especialização dos professores e da própria política educacional, levando a intensificação no atendimento comum da escola regular.

Educação Especial no Brasil

Introdução

Na Constituição Brasileira de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Para assegurar que seja cumprida, são criadas leis que garantam a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação. Tais leis orientam os sistemas de ensino e garantem o acesso desta população ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

Desigualdade e diversidade

Crianças abandonadas nas ruas, restrita cobertura escolar e, conseqüentemente, um grande número de analfabetos são alguns dos desafios que o Brasil ainda não conseguiu superar.

A desigualdade social é oriunda do fim da escravidão, quando um grande contingente de famílias foi morar nos grandes centros sem emprego e iletrados, com condições totalmente inadequadas de sobrevivência. Marginalizados pela elite europeizada, começou-se a se confundir no país pobreza e delinquência. Dentro dessa massa marginal, estavam também, os portadores de deficiência.

A partir da década de 30, foram instituídas leis que separavam as crianças em instituições por suas características. Os delinquentes, os normais e os anormais.

Número de matriculados e anos de escolaridade

Durante os governos que se sucederam, a preocupação comum sempre foi o número de alunos matriculados e o tempo escolaridade. Apesar de todos os esforços, só atingimos números próximos da universalização escolar na década de 90, incluindo a população de portadores de deficiências.

Inclusão no Brasil

O acesso das crianças com deficiência a escola passou por muitas fases, sendo em um primeiro momento, delegadas a instituições especializadas no atendimento desse público, muitas vezes com viés assistencialista.

Mais tarde, crianças com deficiência começaram a ser aceitas em instituições de ensino regulares e a política vigente para elas era a integração que consistia em avaliar se o aluno especial conseguia ou não acompanhar a turma regular, sem nenhum tipo de apoio diferenciado, fosse ele estrutural, pedagógico ou um professor com formação específica. Aqueles que conseguiam acompanhar, continuavam na escola comum. Aqueles que não, eram encaminhados para "instituições especiais" ou seja, segregados.

Então surgiram as turmas especiais dentro das escolas regulares que abrigavam os alunos com deficiência, ampliando a segregação.

Políticas de inclusão só passaram a ser adotadas a partir do início do século XXI, prevendo formação dos professores, adaptação do sistema de ensino e dos formatos de avaliação, além de adaptações estruturais da escola, para que os alunos com deficiência pudessem frequentar as salas regulares como todos os demais.